RESOLUÇÃO CGM Nº 081, DE 11 DE JUNHO DE 1996

Estabelece normas para Auditoria Operacional e institui modelo de Relatório de Auditoria.

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de Auditoria Operacional,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CGM nº 068 de 02 de fevereiro de 1996, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFC nº 780/95 que aprovou a NBC T nº 12 - Da Auditoria Interna;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam os Gerentes Setoriais de Contabilidade e Auditoria responsáveis pela execução periódica de procedimentos de auditoria operacional nos órgãos descentralizados das Secretarias junto às quais atuam.

§ 1º - Entende-se por órgãos descentralizados os almoxarifados, escolas, creches, Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento Social, hospitais, centros e postos de saúde, Inspetorias Regionais de Licenciamento e Fiscalização, centros culturais, bibliotecas, canteiros de obras, Regiões Administrativas, e demais órgãos.

§ 2º - Inclui-se no rol dos órgãos descentralizados, todo aquele que receba recursos municipais quer seja de gestão municipal, contratada, conveniada, credenciada dentre outras.

Art. 2º - Os Gerentes Setoriais de Contabilidade e Auditoria encaminharão anualmente o Plano Anual de Trabalho de Auditoria Interna (PATAI) para aprovação da Auditoria Geral, no modelo instituído pela Portaria CG/ADG nº 007 de 17/10/95, discriminando os órgãos a serem examinados, os procedimentos de auditoria operacional a serem efetuados, indicando sua época e extensão e dimensionando a equipe de trabalho.

§ 1º - Os procedimentos de auditoria operacional visarão a avaliação da eficiência e eficácia dos projetos da alta administração sob o enfoque orçamentário, de custeio e financeiro sendo vedado abordagens sobre estratégias, diretrizes e políticas de governo.

§ 2º - As Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria poderão efetuar auditorias especiais, não previstas no PATAI, quando solicitadas ou quando detectarem quaisquer irregularidades.

Art. 3º - Os procedimentos de auditoria operacional serão efetuados em conformidade com programas de trabalho de auditoria operacional elaborados de acordo com a especificidade dos órgãos sob exame.

§ 1º - Os programas de trabalho de auditoria operacional serão encaminhados para aprovação da Auditoria Geral, anualmente, em conjunto com o PATAI, podendo ser revistos sempre que ocorrerem alterações na estrutura que lhes serviu de base.

§ 2º - As alterações efetuadas nos Programas de Trabalho, conforme Parágrafo 1º deste Artigo, ou no PATAI, deverão ser submetidas à aprovação da Auditoria Geral.

§ 3º - Os programas de trabalho de auditoria operacional focarão os projetos e atividades examinados como um todo, considerando os efeitos das falhas detectadas no conjunto e não apenas na etapa/parte sob exame.

§ 4º - Os programas de trabalho de auditoria operacional incluirão procedimentos de obtenção de informações, testes por amostragem e análise da legislação pertinente e outros exames e testes que permitam obter provas suficientes para fundamentar os pontos e recomendações de auditoria

operacional.

§ 5º - Inclue-se nos procedimentos de obtenção de informações citados no Parágrafo 4º deste Artigo, a solicitação de informações aos órgãos de Assessoria Jurídica e outros, sobre contratos, convênios, acordos, ações dentre outros instrumentos celebrados, que interfiram diretamente nas atividades e projetos dos órgãos examinados.

§ 6º - As solicitações de informações efetuadas aos órgãos examinados, às Assessorias Jurídicas ou outros, que não forem atendidas, deverão ser indicadas no Relatório de Auditoria (RA) no item II - escopo do trabalho como uma limitação de escopo de análise da equipe de Auditoria operacional ou especial.

Art. 4º - Os testes a serem aplicados visarão a obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos operacionais, estabelecidos pela alta administração da secretaria sob exame, estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos servidores e entidades contratadas/conveniadas e quanto a validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações.

Art. 5º - As informações que fundamentarem os pontos e recomendações do Relatório de Auditoria (RA) deverão ser registradas em papéis de trabalho de auditoria, que constituirão provas e consubstanciarão o trabalho de auditoria operacional executado.

§ 1º - As informações que fundamentarem os resultados da auditoria operacional deverão ser claras, suficientes, fidedignas, confiáveis, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para os pontos e recomendações constantes do Relatório de Auditoria (RA), bem como serem entendidas por qualquer pessoa.

§ 2º - Os papéis de trabalho devem seguir os procedimentos dispostos nos programas de trabalho de auditoria operacional aprovados no PATAI.

Art. 6º - O PATAI, os programas de auditoria operacional, os papéis de trabalho e o RA devem ser organizados e arquivados de forma racional e segura pela Gerência Setorial de Contabilidade e Auditoria que os elaborou.

Art. 7º - Ao se utilizar de análises, demonstrativos, documentos ou obter ciência de qualquer informação relevante, o responsável pela auditoria operacional deve certificar-se de sua exatidão, fidedignidade e confiabilidade, antes de incorporá-los aos papéis de trabalho e conseqüentemente ao RA.

Art. 8º - O RA deve ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar claramente os resultados dos trabalhos realizados.

§ Único - O RA obedecerá padrão definido pela Auditoria Geral conforme Anexo I desta Resolução, e será preenchido de acordo com a orientação constante dos Anexos II e III.

Art. 9º - O RA é confidencial e deve ser apresentado, pela equipe responsável pela auditoria operacional, ao Gerente Setorial de Contabilidade e Auditoria, que o submeterá ao Auditor Geral, para posterior encaminhamento à Comissão de Auditoria - COAUD, instituída pela Resolução CGM nº 068 de 06/02/96, para a aprovação.

§ 1º - A aprovação do RA pela COAUD é condição imprescindível para seu encaminhamento ao titular da pasta examinada.

§ 2º - Na hipótese do RA não ser unanimemente aprovado pela COAUD, deverá ser encaminhado para aprovação do Controlador Geral do Município que analisará os motivos de discordância.

Art. 10º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINO MARTINS DA SILVA

Controlador Geral do Município